

Ilha

Editorado pela
ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA
 Presidente: Jaime Câmara
 Diretores: Tasso José da Câmara e
 João da Rocha Ribeiro Dias

Economia - Brasil **Fechar fronteiras**

Tarcisio Holanda

Existe uma perspectiva de crise ou de graves dificuldades políticas no Brasil por razões conhecidas. Basta uma conversa com um economista mediano, seja a que escola pertença, para se concluir que o nível de endividamento externo do país, para pagar projetos mirabolantes, aliado a uma inflação que retirou nossa moeda das Bolsas de Valores mais importantes do mundo, vai agravar os nossos problemas sociais e certamente determinará resultados políticos ainda imprevisíveis.

As declarações ontem formuladas pelo secretário de Estado George Shultz poderiam ser classificadas por qualquer porta-voz do governo como manifestação demagógica de economista oposicionista. E, no entanto, Shultz repete argumentos de uma parte respeitável dos melhores economistas brasileiros, que nos últimos cinco anos mostraram maior preocupação com os maus resultados de um modelo econômico que confia na capacidade reprodutiva do esforço de exportações, quando não temos competitividade em matéria de produtos manufaturados e os produtos primários caem a preços simplesmente vís no mercado mundial.

Shultz revela uma preocupação que parece diretamente relacionada com o maior país da América Latina, quando adverte para o risco de países em desenvolvimento adotarem "estratégias repressivas e panacéias radicais," diante do crescente desespero em enfrentar problemas de dívida externa e de balanço de pagamentos "com austeridade excessiva."

Mais adiante, logo abre o jogo, ao advertir que o tecido social nesses países — como o Brasil — seja extremamente frágil para resistir ao esgarçamento que as medidas de austeridade poderão provocar. Esta não é uma preocupação diferente daquela que levaram figuras respeitáveis da Oposição, como Tancredo Neves e Roberto Saturnino, a um estado de permanente denúncia contra o modelo econômico fechado que o atual governo pratica.

Saturnino foi classificado de visionário quando, há cinco anos, advertia para os riscos de uma política econômica que continuava concentrando a distribuição interna de renda, sem levar em conta o agravamento de um contencioso social historicamente pesado como o nosso. O que Saturnino sugeriu, há cinco anos, é que o Governo teria que restringir com rigor as importações, recriando uma espécie de CEXIM (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), além de impor o rationamento de petróleo, renegociar a dívida externa, vigiar os gastos públicos.

A CEXIM já funciona com o nome de CACEX, com o seu veterano diretor, Benedito Moreira, fiscalizando com o rigor de um fiscal cada guia de importação que é solicitada pelos diferentes ramos de nossa

economia. O consumo dos derivados de petróleo não foi ainda racionado, preferindo o governo adotar a política de preços altos como forma de comprimir o consumo. Mas, vai chegar o momento em que o racionamento, ainda que por formas oblíquas, se tornará uma medida imperiosa.

O governo brasileiro não teve condições de executar, ao pé da letra, aquele receituário ditado pelos banqueiros internacionais, que estão por trás do Fundo Monetário Internacional. Ao viajar pela Europa sente-se a decepção dos banqueiros diante dessa impossibilidade política. Em abril, quando fecha o prazo para conferir os resultados do que o Brasil fez, os banqueiros deverão se mostrar muito mais retraídos em matéria de créditos para o nosso país.

E dai advirão maiores riscos políticos para os que estão ocupando posições de mando. As lideranças políticas de todos os partidos demonstram preocupações diante da iminência de novos conflitos sociais, mais graves do que aqueles que marcaram as relações do Governo Figueiredo com os metalúrgicos do ABC paulista. E conflitos sociais sérios nunca deixaram de produzir frutos políticos, em qualquer parte.

Estrangeiros que investiram no Brasil estão sempre apreensivos com o que poderá vir, em função de dificuldades para cuja solução o país não se acha capacitado, sobretudo com uma política econômica que se baseia num mercado mundial em recessão.

Figuras do próprio governo manifestam preocupações diante das dificuldades sociais geradas por uma política econômica mais adequada a um país com sólida estrutura econômico-social, não com um que ainda tem milhões e milhões de patrícios fora do mercado ou na sua periferia.

Banqueiro costuma raciocinar vinte anos para a frente. E raciocina à base de elementos que lhe capacitam a analisar uma sociedade tão friamente quanto um anatomista dissecaria um cadáver. Os elementos que estão à mão dos banqueiros internacionais a respeito de nosso país não os autorizam a ter uma visão otimista a respeito do futuro político do país.

O governo vai precisar de um arsenal de bolinhas, como dizia o falecido Etelvino Lins a respeito da função do estadista, para fazer as manobras diversionistas como que a levar a maioria do povo a esquecer suas graves dificuldades. E, ao que se sabe, não há mais muitas bolinhas no arsenal, depois do circo eleitoral de 15 de novembro do ano passado, quando aumentou o nível de compreensão popular a respeito dos nossos problemas.

Dirigentes de grupos econômicos internacionais estão prevendo para o Brasil cinco anos ou mais de dificuldades. E só haverá condições de superá-las se fecharmos as fronteiras, detivermos toda e qualquer importação, como se fez durante a

segunda guerra mundial.